

UNIVERSIDADE DO ALGARVE**Aviso n.º 2202/2025/2**

Sumário: Concurso documental internacional na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na categoria de investigador auxiliar na área científica de Engenharia do Ambiente, na subárea de Engenharia Oceanográfica, para o Centro de Investigação Marinha e Ambiental (CIMA) da Universidade do Algarve.

Por despacho de 4 de dezembro de 2024, do Reitor da Universidade do Algarve, encontra-se aberto, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia útil imediato à publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso documental internacional para preenchimento de uma (1) vaga, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na categoria de Investigador Auxiliar na área científica de Engenharia do Ambiente, na subárea de Engenharia Oceanográfica, para exercício de funções no Centro de Investigação Marinha e Ambiental (CIMA) da Universidade do Algarve.

O presente concurso é aberto ao abrigo do Programa FCT-Tenure – 1.ª Edição, publicado através do Aviso de Abertura de Concurso com a referência N.º 02/C06-i06/2024 (FCT-TENURE Ref. 2023.10993.TENURE.030) e da linha de financiamento prevista no artigo 137.º da Lei do Orçamento do Estado para 2024 na sua redação atual, regendo-se pelas disposições constantes dos artigos 9.º, 10.º e 15.º a 27.º, do Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC), na sua redação atual, e pelo Regulamento de Recrutamento, Contratação e Prestação de Serviços dos Investigadores de Carreira da Universidade do Algarve, Regulamento n.º 447/2024, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 19 de abril, esgotando-se com o preenchimento da vaga.

O concurso será divulgado na Bolsa de Emprego Público (BEP), no prazo de 2 dias úteis após a publicação no *Diário da República*, e no portal Euraxess Portugal em <https://www.euraxess.pt> e na página web da Universidade do Algarve, nas línguas portuguesa e inglesa, conforme previsto no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento de Recrutamento, Contratação e Prestação de Serviços dos Investigadores de Carreira da Universidade do Algarve, na sua redação atual.

No âmbito das competências conferidas pelas alíneas d), e) e q) do artigo 92.º da Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro, reserva-se ao Reitor a faculdade de, por razões ponderosas, proceder à anulação do concurso.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

I – Requisitos de admissão gerais:

1 – Ao concurso para recrutamento de investigador auxiliar podem candidatar-se:

a) Os indivíduos que possuam o grau de Doutor em Ciências do Mar, da Terra e do Ambiente, ramo Ciências do Mar, ou em área científica considerada pelo órgão científico do CIMA como afim daquela para que é aberto o concurso; ou

b) Os investigadores auxiliares de outra instituição, da área científica do concurso ou de área científica considerada pelo órgão científico do CIMA, como afim daquela para que é aberto o concurso ou, ainda, os que, embora de área diversa, possuam currículo científico relevante na área do concurso;

c) Os candidatos referidos nas alíneas anteriores têm ainda de reunir os requisitos gerais para provimento em funções públicas previstos no artigo 17.º da Lei de Trabalho em Funções Públicas, constante do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, de que não estejam dispensados pelo ECIC.

2 – Os titulares do grau de doutor obtido no estrangeiro devem comprovar o reconhecimento do grau nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto e demais legislação aplicável até ao fim do prazo de celebração do contrato. A falta de entrega de documento de reconhecimento do grau naquele

prazo impede a celebração do contrato com o candidato, transitando a proposta de contratação para o candidato seguinte.

3 – Serão excluídos do concurso os candidatos que:

- a) Não possuam o grau de doutor em Ciências da Terra, do Mar e do Ambiente, ramo Ciências do Mar ou área científica considerada afim, pelo órgão científico do CIMA, nos termos do artigo 10.º do ECIC;
- b) Sendo investigadores auxiliares de outras instituições, não desenvolvam a sua atividade ou não possuam currículo científico relevante na área científica em que é aberto o concurso;
- c) Não reúnam os requisitos gerais para provimento em funções públicas previstos no artigo 17.º da Lei de Trabalho em Funções Públicas, constante do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, de que não estejam dispensados pelo ECIC;
- d) Não apresentem os documentos ou trabalhos exigidos nos termos definidos pelo Edital, ou a sua apresentação seja efetuada fora do prazo estipulado para o efeito.

4 – O Júri notificará os candidatos da sua admissão ou exclusão, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, para efeitos de audiência dos interessados.

II – Requisitos de admissão em mérito absoluto e respetiva apreciação

1 – São aprovados em mérito absoluto os candidatos que possuam um currículo global que o júri considere adequado para o posto de trabalho a ocupar, designadamente, a qualidade científica e experiência e formação compatíveis com a categoria e área científica para a qual é aberto o concurso, desde que cumpram os seguintes requisitos cumulativos:

- a) Da existência de experiência de trabalho nas seguintes áreas:
 - i) Energias renováveis, nomeadamente no ensaio de protótipos de extração de energia em meio marinho;
 - ii) Comunidades de energias renováveis em contextos insulares;
 - iii) Dinâmica Costeira.
- b) Da autoria ou coautoria de, pelo menos, 35 publicações indexadas no “Scopus Author ID” na área científica ou áreas afins daquela para que foi aberto o concurso, dos quais, pelo menos, 10 trabalhos em revistas de Energia e 10 trabalhos em revistas de Oceanografia Costeira, com Q1;
- c) Da participação em projetos científicos e/ou em políticas públicas, na qualidade de Investigador;
- d) Da capacidade de disseminação do conhecimento científico na comunidade científica e para o público em geral, por meio de projetos científicos e de cidadania, bem como atividades de divulgação;
- e) O candidato deve estar ou ter estado integrado em Unidade de I&D com avaliação de muito bom ou excelente.

2 – O voto desfavorável à admissão em mérito absoluto deve ser fundamentado nos seguintes termos:

- a) O candidato não possuir experiência de trabalho numa das áreas elencadas na alínea a) do n.º 1, do Ponto II;
- b) O candidato não ser autor ou coautor das publicações mencionadas na alínea b) do n.º 1 do Ponto II;
- c) O candidato não ter participado em projetos científicos e/ou em políticas públicas nos termos descritos na alínea c) do n.º 1 do Ponto II;
- d) O candidato não ter provas de disseminação do conhecimento científico após o doutoramento, nos termos descritos na alínea d) do n.º 1 do Ponto II;

e) O candidato não ser investigador integrado de uma unidade de I&D avaliada com muito bom ou excelente.

3 – Para apreciação dos candidatos em sede de mérito absoluto, cada elemento do júri apresenta as candidaturas que entende não atingirem os requisitos referidos no n.º 1 do Ponto II, através de propostas escritas fundamentadas, procedendo-se depois à votação de cada uma dessas propostas, em conformidade com o estatuído no artigo 15.º, n.º 1, do Regulamento, não sendo admitidas abstenções.

4 – Uma candidatura é rejeitada em mérito absoluto se, pelo menos, uma proposta nesse sentido obtiver uma maioria de votos favoráveis, de entre os membros do júri presentes na reunião, constituindo as propostas, votação e respetivas fundamentações, parte integrante da ata.

5 – O Júri notificará os candidatos da recusa ou aprovação em sede de mérito absoluto, para efeitos de audiência prévia.

III – Instrução da candidatura

1 – A candidatura deverá ser formalizada obrigatoriamente mediante requerimento dirigido ao Reitor da Universidade do Algarve, disponibilizado na página *web* da Universidade do Algarve em <https://www.ualg.pt/procedimentos-concursais>, acedendo a Documentos – Pessoal Investigador – Formulário de Candidatura, podendo ser entregue:

a) Pessoalmente, nos Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve, sitos no piso 0 do edifício da Biblioteca, no *Campus* da Penha, em Faro; ou

b) Por correio postal, sob registo, expedido até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas, para: Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve, *Campus* da Penha, 8005-139 Faro, Portugal.

2 – O requerimento de admissão ao concurso, datado e assinado, é instruído obrigatoriamente com os seguintes documentos, em língua portuguesa ou inglesa:

a) Fotocópia e 1 exemplar em formato PDF do documento de identificação válido à data da candidatura;

b) Certificado comprovativo da titularidade de grau de doutor, em especialidade adequada ao concurso, e, nos casos aplicáveis, documento comprovativo do reconhecimento do grau ou do respetivo pedido, fotocopiados e em formato eletrónico PDF;

c) Documento comprovativo, fotocopiado e em formato eletrónico PDF, de que o órgão científico do Centro de Investigação Marinha e Ambiental reconheceu para efeitos de concurso que a habilitação detida ou, no caso de investigadores auxiliares de outras instituições, a área de atividade ou o currículo científico são afins da área científica em que é aberto o concurso (se aplicável);

d) Um (1) exemplar do *curriculum vitae* impresso ou fotocopiado e um (1) em formato eletrónico PDF, datado e assinado, organizado de acordo com os critérios de seleção e respetivos parâmetros de avaliação do percurso científico e curricular do candidato, designadamente a qualidade do seu trabalho científico e técnico, experiência profissional, formação profissional, contribuições em atividades de orientação científica, a participação em órgãos de gestão e a prestação de serviço à comunidade, enunciados no Ponto V deste Edital;

e) Plano de carreira para 10 anos com resumo da experiência (em inglês), incluindo a listagem e disponibilização de 5 artigos publicados nos últimos 5 anos, que considere representativos ou com maior impacto na área (3000 palavras);

f) Um (1) exemplar impresso ou fotocopiado e um (1) exemplar em formato PDF de cada um dos trabalhos indicados na alínea anterior e que hajam sido selecionados pelo candidato como mais representativos, nomeadamente no que respeita à sua contribuição para o desenvolvimento e evolução da área científica em que é aberto o concurso;

g) Outros documentos que o candidato considere serem de interesse para o júri apreciar cabalmente o seu percurso científico e curricular, os quais, todavia, serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados e se o júri assim o entender, em formato PDF;

h) Certificado do registo criminal do qual conste que o candidato não se encontra inibido do exercício de funções públicas ou não interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;

i) Atestado de robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

j) Boletim de vacinação obrigatória devidamente atualizado.

3 – Os documentos exigidos nas alíneas h) a j) podem ser dispensados na apresentação da candidatura, desde que os candidatos declarem no requerimento, sob compromisso de honra, a situação em que se encontrem relativamente a cada um desses requisitos, constituindo a ausência de declaração motivo de exclusão. A entrega destes documentos será exigida, em caso de provimento na vaga a concurso.

4 – Os documentos em PDF exigidos nas alíneas b) a g) são enviados numa *pen-drive*, devendo possibilitar a pesquisa e conter as entradas das publicações associadas a ligações (links) clicáveis, para o documento que contém a publicação, o qual pode estar gravado no mesmo suporte digital ou existir num repositório de acesso livre na Internet. Deve haver igualmente ligações (links) clicáveis para as páginas Web das entidades ou acontecimentos referidos no currículo, sempre que razoável e pertinente.

5 – A sistematização do *curriculum vitae* e respetivos anexos tem de respeitar a ordenação do Ponto V n.º 2 deste Edital, com prejuízo, da informação não ser considerada para a avaliação, o mesmo acontecendo com a acessibilidade aos links, cujo funcionamento deve ser verificado pelo candidato, de modo que os membros de júri tenham acesso à informação.

IV – Entrevistas

1 – De acordo com o artigo 25.º do Regulamento de Recrutamento, Contratação e Prestação de Serviços dos Investigadores de Carreira da Universidade do Algarve e o n.º 3 do artigo 10.º do ECIC, o júri pode promover entrevistas em igualdade de circunstâncias para todos os candidatos.

2 – Caso o júri do concurso determine a realização das entrevistas referidas no número anterior, as condições e calendário das mesmas serão anunciados aos candidatos com um mínimo de 8 dias de antecedência.

V – Critérios de seleção e parâmetros de avaliação em mérito relativo, respetiva ponderação e sistema de valoração final

1 – A avaliação e seleção em mérito relativo tem por base os critérios, parâmetros e respetiva ponderação abaixo identificados, os quais incidem sobre a avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos.

2 – A avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos incide sobre as atividades desenvolvidas na área científica a concurso, respetiva adequação à categoria de Investigador Auxiliar e a relevância, qualidade e atualidade:

a) Da produção científica, tecnológica, cultural ou artística dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo candidato (40 %).

Deverá ser considerada, em particular, a relevância na área científica em que é aberto o concurso, expressa pelo número e tipo de publicações e pelo reconhecimento que lhes é prestado pela comunidade científica;

b) Das atividades de investigação e/ou políticas públicas, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo candidato (20 %).

Deverão ser consideradas, entre outras, a participação em projetos científicos e/ou políticas públicas bem como a qualidade dos projetos científicos em que participou, na área em que é aberto o concurso, financiados numa base competitiva por fundos públicos, através de agências nacionais ou internacionais, ou financiados por empresas;

c) Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato (20 %).

Deverão ser contempladas, entre outras atividades de disseminação, a orientação de estudantes de diferentes graus de ensino, participação em políticas públicas e em iniciativas de divulgação científica e tecnológica junto da comunidade científica e para diversos públicos, participação e organização de congressos internacionais e apresentação de palestras e seminários destinados ao público em geral;

d) Das atividades de gestão de programas de ciência, tecnologia e inovação, ou da experiência na observação e monitorização do sistema científico e tecnológico ou do ensino superior, em Portugal ou no estrangeiro (20 %):

i) Deverão ser consideradas atividades que se enquadrem nos objetivos estratégicos do Centro de Investigação Marinha e Ambiental, que deverão estar claramente identificados no *curriculum vitae* do candidato, e a experiência na capacidade de ligação entre diferentes grupos de investigação nacionais e estrangeiros (50 %);

ii) O plano de carreira, em particular na sua vertente de investigação e de extensão (50 %).

3 – A avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às décimas, sendo a classificação final de cada candidato obtida pela média das pontuações atribuídas por cada um dos membros do júri, ficando excluído do procedimento concursal o candidato que tenha obtido uma classificação inferior a 9,5 valores.

4 – A classificação final dos candidatos resultará da média aritmética ponderada das classificações resultantes da aplicação dos critérios de seleção.

5 – Após a conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à ordenação dos candidatos aprovados, por ordem decrescente de classificação, numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às décimas.

VI – Composição do júri

Presidente: Doutor Nuno Gonçalo Viana Pereira Ferreira Bicho, Vice-Reitor da Universidade do Algarve, por delegação de competências do Reitor da Universidade do Algarve.

Vogais:

Doutora Inês dos Santos Flores Barbosa Colen, Professora Catedrática do Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa;

Doutora Maria João Filipe Rosa, Investigadora Coordenadora, Laboratório Nacional de Engenharia Civil;

Doutor Carlos Augusto Santos Silva, Professor Associado do Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa;

Doutor Jorge Manuel dos Santos Gonçalves, Investigador Principal com agregação do Centro de Ciências do Mar;

Doutora Cristina Carvalho Veiga-Pires, Professora Associada, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve.

VII – Consulta do processo

O processo de concurso pode ser consultado nos Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve, sitos no piso 0 do edifício da Biblioteca, no Campus da Penha, em Faro, entre as 9h30 e as 12h00 e entre as 14h30 e as 16h30, mediante marcação antecipada.

17 de janeiro de 2025. — O Vice-Reitor para a Investigação e Cultura, Doutor Nuno Gonçalo Viana Pereira Ferreira Bicho.

318592022